



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REALIDADE BRASILEIRA

LARISSA SIMÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICA DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS:
O CASO DA COOPAFI-FB E DOS AGRICULTORES FAMILIARES
AGROECOLÓGICOS

LARANJEIRAS DO SUL

2023

LARISSA SIMÃO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICA DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS:
O CASO DA COOPAFI-FB E DOS AGRICULTORES FAMILIARES
AGROECOLÓGICOS**

**Relatório técnico-científico apresentado
como requisito parcial para a obtenção
do título de Especialista em Realidade
Brasileira.**

Orientador: Prof. Dr. Marcio Gazolla

LARANJEIRAS DO SUL

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Simão, Larissa
POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICA DOS MERCADOS
INSTITUCIONAIS: O CASO DA COOPAFI-FB E DOS AGRICULTORES
FAMILIARES AGROECOLÓGICOS / Larissa Simão. -- 2023.
25 f.

Orientador: Doutor Marcio Gazolla

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Especialização em Realidade Brasileira, Laranjeiras do
Sul, PR, 2023.

1. Mercados Institucionais; Cooperativismo;
Agricultura Familiar. I. Gazolla, Marcio, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LARISSA SIMÃO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICA DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS:
O CASO DA COOPAFI-FB E DOS AGRICULTORES FAMILIARES
AGROECOLÓGICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Realidade Brasileira da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Especialista em Realidade Brasileira.

Este Trabalho de Conclusão foi defendido e aprovado pela banca 31/03/2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



MARCIO GAZOLLA
Data: 10/04/2023 20:41:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº Drº Marcio Gazolla (UTFPR)
Orientador

Documento assinado digitalmente



PEDRO IVAN CHRISTOFFOLI
Data: 10/04/2023 10:10:28-0300

Profº Drº Pedro Ivan Christoffoli (UFFS)
Avaliador



VALDEMAR ARL
Data: 10/04/2023 12:10:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº Drº Valdemar Arl (UFFS)
Avaliador

POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICA DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS: O CASO DA COOPAFI-FB E DOS AGRICULTORES FAMILIARES AGROECOLÓGICOS

RESUMO

Este artigo objetivou analisar a dinâmica dos mercados institucionais de alimentos e das políticas públicas para a Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada Francisco Beltrão (COOPAFI- FB) e a percepções dos agricultores familiares agroecológicos vinculados a ela. Os mercados institucionais são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas políticas foram importantes para a permanência dos agricultores familiares no campo, ao mesmo tempo que atuavam para garantia da segurança alimentar e nutricional. O trabalho consistiu em um estudo de caso, sendo os dados coletados por meio de entrevistas com um gestor da COOPAFI-FB e seis agricultores familiares agroecológicos associados. A COOPAFI-FB é totalmente dependente dos mercados institucionais e das políticas públicas, pois são a única fonte de renda da cooperativa. Frente o cenário de desmonte das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar nos últimos anos, faz-se necessária a busca por outros mercados para a comercialização. Para os agricultores familiares agroecológicos é muito importante a participação na cooperativa, pois é possível ter acesso aos mercados institucionais e políticas públicas, além de assistência técnica para o desenvolvimento da agricultura orgânica, de forma a ter segurança e estabilidade na comercialização, aumentando a rentabilidade e minimizando o êxodo rural.

Palavras-chave: Mercados Institucionais; Cooperativismo; Agricultura Familiar; Desenvolvimento rural e regional.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas têm um papel fundamental no desenvolvimento rural, uma vez que essa atividade é essencial para a segurança alimentar e para a economia de diversos países. A agricultura familiar (AF) é responsável por produzir grande parte dos alimentos consumidos no mundo, além de gerar emprego e renda para as famílias no campo.

Muitas vezes, os agricultores familiares enfrentam diversos desafios para manter sua produção e garantir sua subsistência, de forma que na década de 1990, houve o desenvolvimento de várias políticas públicas no Brasil voltadas para a agricultura familiar. Cabral (2021) destaca o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995 com objetivo de garantir acesso a crédito, assistência

técnica e extensão rural, até os meados dos anos 2000 com a criação dos mercados institucionais e outras políticas para a agricultura familiar.

Dentre esses mercados, pode-se citar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que são políticas públicas com caráter social e de segurança alimentar, importantes para o apoio da agricultura familiar, pois ajudam no combater a pobreza, produção de alimentos no campo/para os consumidores e a promovem a inclusão social no campo.

O PAA permite que os agricultores familiares tenham acesso a mercados mais justos e seguros, garantindo a compra dos seus produtos e promovendo a geração de renda no campo. Já o PNAE exige que pelo menos 30% dos recursos federais destinados ao programa seja utilizado para a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar (BRASIL, 2009). No entanto, através da Resolução número 38/2009 de 2009 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009) e suas atualizações, implantaram como uma das prioridades a compra de alimentos orgânicos ou agroecológicos da agricultura familiar, beneficiando não apenas as famílias camponesas, mas também as crianças que recebem alimentação escolar saudável e nutritiva. Por meio desta legislação, os mercados institucionais podem pagar até 30% há mais pelos alimentos ecológicos, o que a literatura internacional tem denominado de preço premium, pela qualidade ambiental (PAWLEWICZ, 2020).

Como bem lembra Cabral (2021), essas políticas foram cruciais para abrir um mercado importante para os agricultores familiares, ao mesmo tempo que contribuíram para a garantia da segurança alimentar e nutricional. Esses programas representam um importante investimento social do governo, pois além de contribuírem para a melhoria da qualidade de vida no campo, também ajudam a promover a igualdade social e a reduzir as desigualdades regionais.

Dessa forma, esse Trabalho de Conclusão de Curso faz parte do Curso de Especialização em Realidade Brasileira, pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Laranjeiras do Sul, em parceria com a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e com o Fórum Regional das Organizações e Movimentos Populares do Campo e da Cidade do Sudoeste do Paraná. O curso tem como premissa a práxis (prática-teoria-prática), no qual a relação com a realidade se dá como primeiro espaço da constituição do conhecimento. Para contribuir nesse processo, o curso tem como diferencial o trabalho em torno das Unidades de Estudo (UEs), de forma

que seja possível realizar um estudo de caso a fim de contribuir para a transformação do sujeito.

Esta unidade de estudo (UE) concentra-se na Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI-Francisco Beltrão/PR), demonstrando como objetivo principal apoiar e incentivar a produção agrícola familiar. Desde sua fundação em 2002, a cooperativa tem trabalhado em prol da promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Além disso, a cooperativa busca estabelecer relações justas e transparentes entre produtores e consumidores, atendendo o mercado local e regional de alimentos e acessando políticas públicas e mercados institucionais.

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi analisar a dinâmica dos mercados alimentares institucionais e das políticas públicas para a COOPAFI-FB e agricultores familiares agroecológicos vinculados a ela. E como objetivos específicos: a) Verificar a dependência da COOPAFI para com as políticas públicas; b) Verificar a percepção de agricultores familiares agroecológicos sobre a importância de participar da cooperativa, das políticas públicas e mercados institucionais. Estes objetivos foram alcançados, a partir de entrevistas com um gestor da cooperativa e seis AFs.

Este trabalho está dividido em três partes, além desta introdução das considerações finais. A primeira compreendendo aspectos teóricos sobre as políticas públicas, mercados institucionais e cooperativismo. A segunda descreve a metodologia de pesquisa e a terceira discute os principais resultados da investigação desses mercados para as famílias agroecológicas que compõem o quadro social da COOPAFI-FB.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS DE ALIMENTOS E COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são um importante instrumento de intervenção governamental para lidar com problemas sociais, econômicos, ambientais e políticos. Essas políticas são desenvolvidas com base nas necessidades e demandas da sociedade e são implementadas por meio de programas, linhas de financiamentos e leis. Segundo Torrens (2013), “políticas públicas são princípios norteadores da ação do Poder Público, e são diretrizes, procedimentos e regras que determinam as relações entre o Estado e os atores sociais a que se destinam as aplicações de recursos públicos e os benefícios sociais”.

No caso específico da agricultura familiar, as políticas públicas visam promover o desenvolvimento sustentável dessa importante atividade econômica, garantindo a segurança alimentar e nutricional da população e a inclusão social dos agricultores familiares. Essas políticas abrangem uma variedade de áreas, como financiamento, assistência técnica, extensão rural, infraestrutura, segurança alimentar e regularização fundiária, entre outras.

As políticas públicas de agricultura familiar no Brasil possuem três gerações (GRISA; SCHNEIDER, 2014). A primeira geração, teve como objetivo a construção de um referencial agrícola e agrário, com início em meados da década de 1990, com a criação do PRONAF, o qual estabeleceu políticas específicas para acesso a crédito rural, garantias de preços e produção (GRISA; SCHNEIDER, 2014). A segunda geração o foco passou a ser as políticas sociais e assistenciais. As iniciativas desse período foram o PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais, a Safra Garantida, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Bolsa Escola (SILVA et al., 2018).

A terceira geração é marcada pela implementação de uma diversidade de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, culminando em um novo mercado voltado para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. As principais medidas que aliaram as questões de segurança alimentar e sustentabilidade foram a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a alteração do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual tornou obrigatória a destinação de um percentual mínimo de seus recursos para a compra da produção da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Ainda, o contexto atual, se poderia dizer que há uma quarta geração de políticas públicas para a AF, que seriam a do desmantelamento das mesmas, já que no período de 2015 a 2022, assiste-se a redução de recursos, extinção de órgãos de apoio e fechamento de programas e ações importantes em nível federal (SABOURIN; CRAVIOTTI; MILHORANCE, 2020). Embora, a partir de 2023 se tem a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDAAF) que poderá reverter e reconstruir várias destas políticas.

2.2. MERCADOS INSTITUCIONAIS

Os mercados institucionais podem ser definidos como as políticas públicas e programas governamentais que envolvem a aquisição de alimentos da agricultura familiar

em todas as esferas governamentais (ASSUNÇÃO; WANDER, 2019). Esse tipo de mercado surgiu frente a necessidade de inclusão dos agricultores familiares que não conseguem acesso ao mercado, seja por questões geográficas ou competitividade de seus sistemas produtivos (CÓRDOBA et al., 2018). Os mercados institucionais surgiram como uma forma de desenvolvimento da agricultura familiar, por meio da comercialização direta pelos agricultores, nas esferas do poder público federal, estadual e municipal para atender as necessidades dos programas oficiais voltados a alimentação (ZAREMBSKI, 2015).

A comercialização dos produtos por meios dos mercados institucionais ocorre de forma direta, sem atravessadores e, com dispensa de licitação. No entanto, exige algumas condições, dentre elas: (a) a aquisição dos produtos deve ser realizada de agricultores familiares enquadrados no PRONAF; (b) essas aquisições devem incentivar a agricultura familiar, com ações vinculadas à destinação dos produtos para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; (c) para que a dispensa de licitação ocorra, o preço dos produtos não poderá ser superior ao preço dos mercados regionais (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008).

As duas principais ações estruturantes dos mercados institucionais, são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e suas modalidades (MARQUES; PONZILACQUA, 2022), o qual foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil, em 2021.

No entanto, nos últimos anos houve uma fragilização/desconstrução das políticas públicas no Brasil. O desmonte de políticas públicas é definido por Bauer et al. (2012, p.35) como sendo “uma mudança de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que diminui o número de políticas numa determinada área e reduz o número de instrumentos de políticas utilizados e/ou diminui a sua intensidade”.

Dentre as ações que ocorreram que resultaram no desmantelamento de várias políticas públicas no âmbito da agricultura familiar, cita-se o Projeto de Lei 3292/2020, que retirou a prioridade de aquisição para alimentação escolar de produtos oriundos de assentamentos da reforma agrária, de comunidades indígenas e quilombolas no âmbito do PNAE. A Medida Provisória nº 1.061/2021, que instituiu recentemente o Programa Alimenta Brasil, o qual substituiu o PAA. As operações judiciais que descredibilizaram os programas, por exemplo, a Operação Agrofantasma. Também se cita o enfraquecimento dos programas em virtude de cortes orçamentários (PERIN et al., 2021; SAMBUICHI et al., 2019).

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

O Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017 define o agricultor familiar da seguinte forma: (a) possui no máximo quatro módulos fiscais; (b) sua força de trabalho consiste principalmente de mão de obra da própria família; (c) sua renda advém predominantemente da propriedade familiar; (d) dirija seu empreendimento com a família (art. 3º) (BRASIL, 2017).

A agricultura familiar segundo o Censo Agropecuário de 2017 engloba mais de 10,1 milhões de pessoas em nosso país. Considerada uma importante estratégia na redução das desigualdades sociais e da pobreza em muitas regiões brasileiras e é responsável pela grande variedade de produtos agrícolas no mercado de consumo interno brasileiro. Recebe apoio governamental de forma a aumentar a renda no meio rural, incentivando a produção agroecológica, com práticas mais sustentáveis ao meio ambiente. Essas práticas fortalecem a segurança alimentar e aumentam a inclusão social. Nesse contexto, os programas de apoio governamental são de suma importância para apoiar a agricultura familiar, incentivar práticas agroecológicas, de forma a produzir alimentos de forma sustentável (BERCHIN et al., 2019).

A região Sudoeste do Paraná possui uma história marcada pela luta por terras, com destaque para a Revolta dos colonos em 1957, que representa um importante marco para a compreensão dessa região. Afinal, a revolta estava lutando contra o sistema das companhias de colonização que se instalavam e que queriam tornar a terra mercadoria. Assim, a partir deste marco histórico, a região constituiu-se principalmente por meio de agricultores familiares que produzem e comercializam seus alimentos em diferentes mercados, sendo alguns destes formados pelos institucionais (PAA e PNAE). O processo histórico de ocupação do espaço rural brasileiro promoveu certa estrutura agrária dual entre grandes e pequenos estabelecimentos agrícolas, fazendo com que, o país esteja entre os mais desiguais do mundo do ponto de vista fundiário. Nesse cenário, a modernização da agricultura familiar continua sendo vista por analistas políticos e acadêmicos como a forma mais adequada de organização social da produção para favorecer uma melhor distribuição da terra e da renda no campo, visão em que não reforça o caráter autônomo da gestão do patrimônio e das atividades por parte dos agricultores familiares, especialmente os que produzem alimentos.

2.4 COOPERATIVISMO

O processo de modernização agrícola provocou a rearticulação dos processos organizativos das famílias do campo, fazendo com que as associações e cooperativas tomassem frente para manter o até então “pequeno produtor” no campo. Nesse contexto, às cooperativas de produção tiveram o papel de executar as políticas públicas voltadas ao setor como preços mínimos, compra direta, créditos oficiais subsidiados, dentre outros. Portanto, as cooperativas de produção agropecuária tiveram um papel determinante para modernização da agricultura tanto no Sudoeste do Paraná, como em outros lugares do Brasil (SINHORINI, 2007).

O cooperativismo é um mecanismo de coordenação organizacional eficaz para os pequenos agricultores. Do ponto de vista socioeconômico, elas permitem o acesso dos agricultores familiares a mercados, principalmente institucionais. No que diz respeito aos aspectos sociais, as cooperativas têm feito um grande esforço para proporcionar melhorias na produção, aliada a utilização eficiente dos recursos naturais. No entanto, a sobrevivência e a longevidade das cooperativas estão ligadas à sua capacidade de adaptação frente às crises e desafios que o setor enfrenta (GIAGNOCAVO; GALDEANO-GÓMEZ; PÉREZ-MESA, 2018), por exemplo, o desmonte de políticas públicas de agricultura familiar.

No Sudoeste do Paraná, o Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar Integradas (COOPAFI) é uma forma de organização cooperativa ligada à produção agropecuária familiar (SINHORINI, 2007). A COOPAFI foi criada em meados dos anos 2000, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e facilitar a comercialização dos produtos. Segundo o diretor da COOPAFI – FB, cooperativa atua em aproximadamente 10 municípios da região Sudoeste do Paraná, por meio de 10 cooperativas, onde os agricultores associados podem entregar seus produtos de forma conjunta.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho adotou a metodologia de pesquisa qualitativa, através da entrevista semiestruturada, composta de questões abertas e direcionadas. Segundo Manzini (2003) esse método de entrevista molda-se em um objetivo geral, no qual se elabora um roteiro com questões principais que são complementadas por outras perguntas pertinentes ao momento da entrevista.

A amostra foi aleatória, utilizando como critério de inclusão, as famílias que possuíam certificação de produção orgânicas que compõem o quadro social da COOPAFI Francisco Beltrão, situada na Região Sudoeste do Paraná. Foram entrevistados seis AFs associados a COOPAFI e um dirigente, resultando em um total de sete entrevistas aplicadas e analisadas para apresentação e discussão dos resultados que estão na seção a seguir.

Neste estudo, foram elaboradas perguntas abertas para dirigentes da COOPAFI/FB e agricultores familiares associados referentes aos mercados institucionais e políticas públicas acessadas. As entrevistas obtiveram respostas quantitativas e qualitativas, referentes ao tema. A análise dos dados foi realizada na forma de análise de conteúdo, sendo as respostas qualitativas transcritas na íntegra e as de cunho quantitativo apresentadas em tabelas. A pesquisa bibliográfica também faz parte deste estudo, a fim de contribuir com as definições apresentadas.

4. A DINÂMICA DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS NA COOPAFI/FB A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS AGRICULTORES FAMILIARES ECOLÓGICOS

A COOPAFI – Francisco Beltrão possui aproximadamente 90 agricultores cooperados ativos, porém desses, em torno de 12 agricultores atuam na produção agroecológica e apenas sete possuem certificação de produção orgânica. A certificação é citada como uma das dificuldades da produção orgânica, pois a documentação exigida e burocracia para atender todos os requisitos impostos pela legislação o que podem levar o produtor a desistência (VRIESMAN et al., 2012). Para minimizar isso, a COOPAFI-FB fornece todo o suporte organizativo para a certificação, tornando o processo mais fácil para o produtor.

De acordo com os dados coletados na entrevista com o gestor da COOPAFI-FB o PNAE, O PAA Compra direta municipal e Chamada pública do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado do Exército (PAA Compra Institucional), são as principais políticas públicas e/ou mercados institucionais que a cooperativa acessa.

O PNAE busca promover o acesso à alimentação saudável na escola e fortalecer a agricultura familiar (SIDANER; BALABAN; BURLANDY, 2013). No caso do Programa Compra Direta, o gestor explica que o “programa beneficia as famílias em

situação de vulnerabilidade social. O destino dos alimentos se dá em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), casas abrigo para crianças e casas de passagens, entre outras”. A Chamada pública Nº 001/2018 refere-se a um processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar em favor do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado do Exército, a qual a COOPAFI foi contemplada.

Os principais alimentos que a cooperativa comercializa são: alface, batata, repolho, mandioca, bergamota pokan, laranja, bergamota, abacate e panificados (pão, bolacha, bolo, cuca macarrão). A diversificação de produtos é necessária para atender as demandas dos mercados institucionais, de forma a oferecer uma alimentação saudável e adequada as escolas e entidades sociais.

Ao observar os dados de faturamento COOPAFI-FB observa-se que o programa PNAE pode ser considerado a principal política que a cooperativa acessa, representando mais de 60% do faturamento anual (Tabela 1). Além disso, o PNAE foi a primeira política pública que a COOPAFI-FB acessou.

Tabela 1 – Faturamento anual COOPAFI-FB com mercados institucionais

Programas	Quantidade (Kg)	Faturamento (R\$)
PNAE	160.000	950.000,00
PAA Compra direta (municipal)	80.000	470.000,00
PAA Institucional	7.000	126.000,00
Total	247.000	1.546.000,00

Fonte: Entrevista de campo com A.C, gestor COOPAFI-FB (2022).

Com relação a dinâmica com os agricultores para a entrega dos alimentos e assistência técnica o gestor enfatiza:

Fazemos o pedido do que eles têm disponível na semana vemos o que podemos encaixar perante os cronogramas enviamos os pedidos pros produtores e eles fazem a entrega na cooperativa. Temos a assistência técnica que faz as visitas e que também ajuda no planejamento individual de cada um (Entrevista com A.C, gestor COOPAFI-FB, 2022).

Conforme relatado pelo gestor verifica-se que a programação se dá baseada na disponibilidade de produtos dos agricultores e na demanda dos mercados institucionais. Os agricultores fazem a entrega na cooperativa, a qual é responsável por fazer a

distribuição desses produtos. A cooperativa é responsável pela logística, comercialização e documentos necessários, reduzindo parte das atribuições dos agricultores familiares.

Quando indagado sobre a importância das políticas públicas e dos mercados institucionais para a cooperativa, o gestor respondeu que “é de extrema importância pois nosso principal e único mercado é institucional”. É possível observar que toda a renda da cooperativa advém dos programas institucional, o que gera certa dependência dos programas de governo. Isso representa um risco, pois em caso de mudanças pode comprometer a sobrevivência da cooperativa, ainda mais diante do cenário de desmonte das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar nos últimos anos. Nesse sentido, faz-se necessária a busca estratégias adicionais de mercados. No entanto, o gestor relatou a tentativa de outros canais, como por exemplo a venda de mercadorias para o Centro Estadual de Abastecimento (CEASA) - Curitiba. Contudo, a efetivação desse mercado não se concretizou por dois motivos: (a) demanda de elevada quantidade de produto (no caso tomate) que não seria possível fornecer; (b) preço oferecido pelo produto é menor que o custo de produção, inviabilizando economicamente o acesso a esse canal de vendas.

A amostra utilizada no presente trabalho foi seis famílias que possuem a certificação e operam com a COOPAFI-FB. A caracterização dessas famílias mostrou pequenas propriedades, sendo a maior com área total 12 ha e a menor 3,5 ha. A maior e menor área produtiva das unidades foram 12 ha e 0,5 ha, respectivamente (Quadro 1). Por esses dados é possível verificar que grande parte das áreas das unidades não são agricultáveis. Apesar de não ter sido verificado o que essas áreas englobam, é provável que se referem a zonas de preservação, edificações e açudes. O fato de serem pequenas propriedades rurais é justificado por ser uma característica da região Sudoeste do Paraná, sendo em sua maioria minifúndios (IPARDES, 2008).

As principais atividades produtivas relatadas são cultivo de hortaliças, citros, frutas, além de pecuária leiteira e cultivo de batata doce e mandioca. Apenas uma família realiza o cultivo de grãos (milho, feijão). Há outros relatos de que as hortaliças sejam o grupo de maior expressão no cultivo agroecológico, isso porque trata-se de uma cultura que não necessita grande extensão de terra se comparado com outros produtos, não exige alto investimento para iniciar atividade, não necessita grandes adequações aos padrões exigidos de certificação e inspeção como a ocorre para produtos processados ou de origem animal (TRICHES; SCHABARUM; GIOMBELLI, 2016; LIMA, 2022)).

A COOPAFI-FB foi a principal forma de comercialização relatada por 50% dos agricultores e, os outros 50% têm como principal canal, a comercialização direta com o

consumidor (por meio de cestas) e feira do produtor, as chamadas cadeias curtas agroalimentares (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017), conforme destacado no Quadro 1. No caso dessas famílias, a cooperativa é um canal de comercialização secundário. É importante destacar esses meios alternativos de comercialização, pois a dependência da cooperativa e mercados institucionais, apesar de fornecer estabilidade a família por um certo período de tempo, não é segura a longo prazo, uma vez que não é possível saber até quando estarão disponíveis.

Também chama atenção o relato de famílias de que a procura por cestas está aumentando. Surge como hipótese para justificar isso o fato de que durante o período de pandemia a entrega de cestas em domicílio foi um meio para atender o consumidor na comodidade de sua casa, em virtude da paralisação das feiras devido as restrições impostas pelo distanciamento social. Logo, o consumidor se acostumou com a comodidade e praticidade de receber alimentos no conforto de sua casa, aliada a conscientização da importância do consumo de alimentos saudáveis. Inclusive de acordo com Pantoja e Sousa (2022) há tendência de que esse novo modelo de cadeia curta de comercialização por cestas se mantenha no pós-pandemia. Portanto, esse tipo de comercialização se mostra como uma ótima alternativa para agricultores familiares agroecológicos.

Todas as famílias têm acesso a políticas públicas, sendo a mais relevante o PNAE, além de compra direta. Destaca-se o fato de que apenas uma família utilizou o PAA (Quadro 1). Isso se deve ao fato de que desde sua criação no ano de 2003, o programa se fortaleceu e ampliou seus recursos até o ano de 2012. No entanto, em 2013 foi iniciada a Operação Agrofantasma¹, a qual apurou supostas irregularidades nas entregas de alimentos por agentes públicos e agricultores (organizações) beneficiários do programa (DELGADO, 2022). Apesar de em dezembro de 2016 o judiciário ter inocentado os agricultores indiciados, muitos ficaram com medo. Como consequência disso, a partir de 2013 a COOPAFI não utilizou mais o referido programa, devido ao temor dos agricultores de sofrer retaliação. Inclusive, o gestor da cooperativa relatou que esse receio persiste até os dias atuais.

¹ Na operação a PF executou 11 mandados de prisão e 37 de busca e apreensão. Também foram conduzidos coercitivamente 37 agentes, dentre eles, agricultores familiares, presidentes de associações e cooperativas, gestores municipais e da CONAB (GREGOLIN et al., 2018).

Quadro 1 - Caracterização das famílias entrevistadas

Famílias	Área (ha)	Área produtiva (ha)	Principais atividades/ produtos	Principal canal de vendas	Acesso a políticas públicas
1	3,5	0,7	Citros e hortaliças	COOPAFI	PNAE
2	11,2	1,9	Citros, hortaliças e grãos (milho feijão)	COOPAFI	PNAE
3	5,8	0,5	Pecuária leiteira e hortaliças	Cesta, hotel e COOPAFI	PNAE
4	11,2	0,7	batata doce e mandioca (Hortaliças e algumas frutas)	COOPAFI	PNAE
5	4,1	2	Frutas e Hortaliças	Cesta e COOPAFI	PNAE, e Compra direta
6	12	12	Frutas e Hortaliças	Feira do produtor e COOPAFI	PNAE, Compra direta e PAA

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

A busca pela COOPAFI para comercialização dos produtos se deu pela segurança e estabilidade, conforme relatado por um entrevistado:

Buscamos a COOPAFI para ter uma segurança na venda dos nossos produtos, hoje trabalhamos com os alimentos que a nossa agroflorestra dá, e a pouco tempo meu filho volto pra casa e começamos produzir um pouquinho de tudo. Isso é muito bom porque conseguimos suprir nossa necessidade e atender os pedidos da cooperativa para colocar no PNAE e alimentar as crianças. Os projetos nos dão segurança e estabilidade em um bom período do ano, muitas vezes os preços não são o justo, mas a gente acredita que vão melhorar e outros incentivos vão vir. A gente fala que precisamos de mais política pública e mais pessoas produzindo orgânico para dar conta do projeto da merenda 100% orgânica, se não vai acontecer o que eles querem, não vai ter produção suficiente e vão ir atrás dos mercados, dando desculpa que a gente que não produziu, mas eles não veem a dificuldade que é de manter uma barreira quando o vizinho desseca até na cerca ou usa drone para aplicar veneno e contamina a nossa produção (Entrevista com B.B.C., AF cooperado COOPAFI-FB, 2022).

Dois pontos chamam atenção nessa entrevista, o primeiro deles é que o agricultor cita o Decreto nº 4.211 de 6 de março de 2020 (PARANÁ, 2020), que regulamenta a Lei estadual nº 16.751/2010, o qual torna obrigatória a aquisição da alimentação escolar 100%

orgânica até 2030 para as escolas da rede pública estadual de ensino e uma incerteza do que pode acontecer no futuro caso isso não seja concretizado. E o segundo deles devido à escassez de insumos apropriados, como biofertilizantes e defensivos naturais para afastar insetos e doenças, além de sementes, devido à falta de pesquisa e assistência técnica especializada de qualidade. Além disso, a agricultura orgânica sofre com a dinâmica de investimentos no setor.

Ao abordar o Decreto nº 4.211 surge o questionamento: Será possível alcançar a meta de fornecer integralmente alimentação escolar orgânica até 2030? Levando em consideração o baixo número de produtores certificados e que apenas 10,5% da merenda escolar da rede de ensino público do Paraná é orgânica atualmente (PARANÁ, 2022). Uma opção é que haja um incentivo a certificação. Nesse sentido, desde 2020 a COOPAFI-FB vem realizando um projeto de fomento à agricultura ecologia incentivando a certificação de produtores orgânicos através da Rede Ecovida de Agroecologia, organização que articula em rede de agricultores, técnicos, pesquisadores, consumidores e outras pessoas e organizações envolvidas na promoção da agroecologia, presente nos três estados do Sul do Brasil, por meio da certificação participativa, do intercâmbio de conhecimentos e da construção de mercados solidários (Oliveira, D., Grisa, C., & Niederle, P. (2020).

Ainda com o apoio da cooperativa as famílias, vale questionar a importância do fortalecimento da transição agroecológica, a fim de planejar um futuro sustentável que leve em consideração as desigualdades sociais que afetam as necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação, é fundamental investir fortemente em políticas públicas, especialmente na transição agroecológica para a agricultura, uma vez que na lei não se menciona esse apoio as famílias que querem iniciar o processo.

A entrevistada relata a dificuldade da certificação e a manutenção da certificação, visto a deriva de agrotóxicos por vizinhos que produzem de forma convencional podem contaminar a produção orgânica. Resultado semelhante foi obtido por Barbosa e Guimarães (2022), avaliando as dificuldades dos produtores orgânicos do Mato Grosso do Sul diante do entorno monocultural, onde uma das grandes dificuldades desses produtores é o uso excessivo de agrotóxicos pelos vizinhos. Ainda de acordo com os autores, um grande desafio para manutenção do registro de produto livre de agrotóxicos é a proteção de seus cultivos, pois, em caso de contaminação o registro é retirado. Uma das estratégias que podem ser utilizadas para esse fim, é a utilização de barreira vegetal ao redor da área de produção, por meio do plantio de espécies gramíneas de maior porte,

como milho e sorgo, cana-de-açúcar, mandioca, bananeiras, capim-colonião, árvores e arbustos (PEREIRA; PINHEIRO, 2012).

Outro fator relevante identificado durante as entrevistas foi a dificuldade para comercializar os produtos e acessar novos mercados, antes de ser cooperado COOPAFIFB.

Antes de receber o apoio da cooperativa, minha família lutava para manter nossa propriedade. Tínhamos dificuldades para acessar recursos financeiros, técnicos e de infraestrutura, o que afetava nossa produtividade e qualidade dos nossos produtos. Além disso, enfrentávamos dificuldades para comercializar nossos produtos e acessar novos mercados.

Porém, quando as políticas públicas começaram a ser implementadas em nossa região, começamos a ver mudanças significativas. Conseguimos acessar financiamento para investir em tecnologia e melhorar nossas práticas agrícolas. Também tivemos acesso a assistência técnica para ajudar a melhorar nossa produção e qualidade dos nossos produtos isso é muito bom hoje.

Além disso, o mercado institucional se abriu para nossos produtos, o que nos permitiu vender diretamente para escolas e hospitais da região

Hoje, minha família e eu temos uma propriedade mais próspera e sustentável, graças ao apoio das políticas públicas e do mercado institucional. Estamos muito gratos por essas iniciativas e esperamos que mais famílias agricultoras possam ter acesso a esses recursos e oportunidades (Entrevista com D.B., AF cooperado COOPAFI-FB, 2022).

Nesse sentido, Morais, Sperandio e Priore (2020) sugerem que a implantação de cooperativas, associações e sindicatos poderiam facilitar o acesso dos agricultores agroecológicos às políticas públicas, aos mercados locais e até mesmo feiras. A COOPAFI-FB cumpre esse papel ao reunir agricultores do município de Francisco Beltrão e entregar os produtos de forma conjunta.

Todos entrevistados utilizam das políticas públicas e reconhecem a importância para o fortalecimento da agricultura familiar e permanência no campo, o que pôde ser notado em todas as entrevistas. Nesse contexto os entrevistados das famílias 2 e 4 destacam:

Foram essenciais para a minha permanência no campo e para melhorar a qualidade de vida da minha família. Agora, temos acesso a recursos e mercados que antes eram inacessíveis. Estamos muito gratos por essas iniciativas e esperamos que mais famílias agricultoras possam se beneficiar delas e que com esse atual governo a gente consiga voltar ter o acesso de qualidade que antes a gente tinha (Entrevista com M.R.C.L., AF cooperado COOPAFI-FB, 2022).

Eu digo que sem o incentivo dos programas muitos agricultores não estariam mais no campo. Hoje eu moro na cidade, mas meu trabalho é no sítio com meus pais, e foi o PRONAF que permitiu que eu investisse na propriedade para hoje conseguir estar trabalhando junto com eles no sítio.

Produzir comida é algo sério, e quando a gente fala em produzir comida orgânica estamos falando em cuidar das pessoas e do meio ambiente para as futuras gerações. Por isso que é necessário mais investimento público na nossa área, o grande já tem crédito, já é isento de muitas taxas e ainda é visto como

o herói, mas ninguém vê que é o pequeno que tá plantando o teu almoço de cada dia, a mandioca, a batata o feijão... ou a gente só come soja e milho?! (Entrevista com A.D., AF cooperado COOPAFI-FB, 2022).

Apesar da relevância da agricultura familiar nos últimos tempos, o êxodo rural, principalmente de jovens, ainda está muito presente (SILVA; ANTONIAZI; NOVAK, 2019). Dentre os instrumentos para incentivo de permanência dos agricultores no campo destaca-se PRONAF, o qual possibilita o acesso a crédito com taxas de juros baixas se comparadas à outras linhas de financiamento, por exemplo, para agricultores não familiares (SILVA; ANTONIAZI; NOVAK, 2019). Inclusive, o entrevistado da família 4 cita esse programa, confirmando sua relevância.

Destaca-se também a importância do acesso a assistência técnica para a produção orgânica.

A gente pensou muito em nos inserirmos na cooperativa, não tinha muita informação. Mas com o tempo e com a qualidade da assistência técnica nos levou a caminharmos juntos.

Lembro quando começamos a falar de produção orgânica e todas as dificuldades que poderíamos ter, mas estamos felizes e com muita esperança de que os novos programas valorizem nossa produção. Hoje estamos confiantes e trabalhando para a merenda 100% orgânica aqui no estado seja verdade. Ainda falta muitas famílias acreditarem como nós acreditamos, mas se nos unirmos conseguimos fazer a diferença para muitas crianças e para o meio ambiente. As políticas públicas são a garantia do pequeno estar no campo e fazendo o que gosta. Sem elas estaríamos trabalhando de peão na cidade (Entrevista com C.P.S., AF cooperado COOPAFI-FB, 2022).

A assistência técnica mais do que aumentar a produtividade deve contribuir para o acesso as políticas públicas, levar novas tecnologias e construir mercados alimentares, proporcionando aos agricultores melhores condições de vida (MILHOMEM et al., 2017). Nesse sentido, a COOPAFI-FB presta assistência técnica a todos cooperados, especialmente os produtores orgânicos, com frequência que varia de uma duas vezes ao mês, fornecendo assistência desde a produção até a gestão da unidade, passando pelos mercados institucionais.

Outro ponto levantado por agricultores orgânicos é a importância da sustentabilidade na produção de alimentos.

Estamos na COOPAFI, desde sua fundação. Mas por um tempo não comercializamos, depois, comercializamos para o PAA e, em 2015, quando construímos a horta, passamos a entregar regularmente no Pnae. Acessamos o Pronaf investimento para construir a horta e comprar um trator de tamanho adaptado a fruticultura e a produção de hortaliças.

A Importância das PPs é que elas abrem espaço para agricultores familiares e camponeses terem uma comercialização regular garantindo renda ou em alguns casos complementação de renda, fundamental para a permanência dessas famílias no campo.

No nosso caso, as políticas acessadas permitiram a estruturação da produção, pois além de ampliar a área, construir estufas, local de manipulação dos alimentos, também acessamos a aquisição do trator que facilitou a mão de obra e ampliou a produção.

Porém essas políticas devem ser adequadas a realidade da pequena e diversificada agricultura. Pelos programas não só é garantida a renda, como a sua regularidade ao longo do ano o que promove estabilidade e segurança as famílias. Para que a agricultura familiar permaneça no campo faz-se necessário políticas estruturantes para a produção, processamento e comercialização. Dessa forma garante-se não só a permanência das famílias na produção, mas também na preservação da biodiversidade (Entrevista com J.R.F., AF cooperado COOPAFI-FB, 2022).

A produção orgânica de alimentos traz uma perspectiva de uma agricultura diferente, com benefícios aos homens e ao meio ambiente, buscando a conservação dos recursos naturais. Nesse sistema de produção não há utilização de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos, organismos geneticamente modificados e preconiza o uso de práticas culturais de rotação de culturas, adubação verde, compostagem, esterco de animais e controle biológico de pragas e doenças (DONEGÁ et al., 2020). Dessa forma reduz a dependência de insumos externos a unidade.

Pode-se extrair dos depoimentos que as barreiras para o desenvolvimento da agricultura orgânica são a insegurança com as vendas dos produtos, pois tinham dificuldades para comercializar os produtos e acessar novos mercados, dificuldades para acessar políticas públicas, falta de assistência técnica, êxodo rural e manutenção da certificação. No entanto, após a participação na COOPAFI-FB essas barreiras foram superadas, reforçando a importância da cooperativa para o desenvolvimento da agricultura orgânica familiar no município de Francisco Beltrão-PR, contribuindo para a permanência das famílias no campo e melhorando sua qualidade de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou analisar a dinâmica dos mercados institucionais de alimentos e das políticas públicas para a COOPAFI-FB, bem como as percepções dos agricultores familiares agroecológicos vinculados a ela.

A COOPAFI-FB é dependente dos mercados institucionais e das políticas públicas, pois é a única fonte comercialização da cooperativa. Frente o cenário de desmonte das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar nos últimos anos, faz-se necessária a busca por outros canais de comercialização e construção de novos e

melhores mercados. Projetos como vale feiras é uma alternativa para implantar nos municípios, sendo uma forma de impulsionando a economia agricultura e injetando recursos no município, outra alternativa é as cadeias curtas de comercialização em parceria com organizações e entidades locais a exemplo da Plataforma da Comida Saudável – uma articulação regional exercida inicialmente através da articulação e interação entre campo e cidade em torno do alimento saudável, coordenada pelo Fórum Regional das Organizações e Movimentos Sociais do Campo e da Cidade do Sudoeste do Paraná.

Além disso há uma gigantesca ausência do Estado no incentivo, promoção e processo educativo, nos espaços públicos e com outras famílias agricultoras, sobre a produção de alimentos saudáveis, bem como a função primordial das famílias agricultoras (social, econômica, política), as quais contribuem para o desenvolvimento dos municípios e do Estado. Essa ausência se manifesta na crescente preocupação da cooperativa, e dos AFs entrevistados, inclusive com receio de contaminação dos produtos orgânicos, em decorrência do uso de agrotóxicos por agricultores convencionais no entorno daqueles certificados.

Para os agricultores familiares agroecológicos é muito importante a participação na cooperativa, pois é possível ter acesso aos mercados institucionais e políticas públicas, além de assistência técnica para o desenvolvimento da agricultura orgânica, de forma a ter segurança e estabilidade na comercialização, aumentando a rentabilidade e minimizando o êxodo rural.

Pode-se concluir que os mercados institucionais voltados para a agricultura familiar representam uma oportunidade para fortalecer as cooperativas de agricultores, estimular formas alternativas de produção, como os sistemas agroecológicos, além da diversificação de produtos.

6. REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Paulo Eterno Venâncio; WANDER, Alcido Elenor. Mercados institucionais e agricultura familiar: uma análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Goiatuba, Goiás. **Revista Científica Agropampa**, v. 2, n. 2, p. 191-205, 2019.

BARBOSA, Regiane Elvira; GUIMARÃES, Verônica Maria Bezerra. Reinvenção da Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul diante do entorno monocultural e da pandemia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 17, n. 3, 2022.

BAUER, Michael W. et al. (Ed.). **Dismantling public policy: Preferences, strategies, and effects**. OUP Oxford, 2012.

BERCHIN, Issa Ibrahim et al. The contributions of public policies for strengthening family farming and increasing food security: The case of Brazil. **Land use policy**, v. 82, p. 573-584, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 2009.

CABRAL, Rafael de Freitas. **Ideias e atores sociais: os programas estaduais de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. 2021. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 169 f. 2021.

CÓRDOBA, Diana et al. Family farming, agribusiness and the state: Building consent around oil palm expansion in post-neoliberal Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 57, p. 147-156, 2018.

DELGADO, Nelson Giordano. **Políticas Públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (Re)construção**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

DONEGÁ, Miquel Victor Batista et al. Índice de Rastreabilidade para Produtos Orgânicos Oriundos da Agricultura Familiar no Amazonas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 4, 2020.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (ORGs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2017, 523p. (Série Estudos Rurais).

GIAGNOCAVO, Cynthia; GALDEANO-GÓMEZ, Emilio; PÉREZ-MESA, Juan Carlos. Cooperative longevity and sustainable development in a family farming system. **Sustainability**, v. 10, n. 7, p. 2198, 2018.

GREGOLIN, Marcos Roberto et al. Programa de Aquisição de Alimentos–PAA (CONAB). Operacionalização no Território da Cantuquiriguaçu-PR. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, p. 207-230, 2018.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caracterização socioeconômica da atividade leiteira no Paraná**. Curitiba, IparDES: 2008.

LIMA, Maria Cristina do Rosário. **A produção agroecológica de hortaliças e o seu potencial para o desenvolvimento sustentável: relato de experiência de agricultores agroecológicos do Distrito Federal**. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade de Brasília. 34p. 2022.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada**. In: MARQUEZINI, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia.; OMOTE, Sadao. (Org.). Colóquios sobre pesquisa em educação especial. 1 ed. Londrina: Eduel, v. 1, p. 11-25. 2003.

MARQUES, Felipe Jabali; PONZILACQUA, Márcio Henrique Pereira. Mercados institucionais: garantia de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar e nutricional. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 498-506, 2022.

MILHOMEM, João Pedro da L. et al. A importância da assistência técnica na agricultura familiar: enfoque no assentamento Maringá, Araguatins-TO. **In: II Congresso Internacional das Ciências Agrárias–II COINTER PDVAGRO**. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. 2009.

MORAIS, Dayane de Castro; SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia Eloiza. **Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional**. Viçosa, MG:UFV, 865p. 2020

OLIVEIRA, D., GRISA, C., & NIEDERLE, P. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. *Redes*, 25(1), 135-163. (2020). <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14248>

PANTOJA, Tainá Carvalho; SOUSA, Fagner Freires de. A reinvenção da Feira Agroecológica e de Economia Solidária de Cametá/PA em meio à pandemia de Covid19. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 3, 2022.

PARANÁ, Governo do Estado. **Comitê do Governo acompanha introdução progressiva de orgânicos na alimentação escolar**. 2022. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Comite-do-Governo-acompanha-introducao-progressiva-de-organicos-na-alimentacao-escolar>. Acesso em: 12 março 2023.

PAWLEWICZ, Adam. Change of price premiums trend for organic food products: The example of the Polish egg market. **Agriculture**, v. 10, n. 2, p. 35, 2020.

PEREIRA, R. B.; PINHEIRO, J. B. Manejo integrado de doenças em hortaliças em cultivo orgânico. **Embrapa, Circular Técnica** 111, out. 2012.

PERIN, Gabriela et al. **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Texto para discussão, n. 2691, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2021.
SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. **Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar**. Texto para discussão nº 2482, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2019.

SABOURIN, E.; CRAVIOTTI, C.; MILHORANCE, C. The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina? **International Review of Public Policy**. 2:1 | 2020.

SCHIMITT, Claudia Job; GUIMARÃES, Leonardo A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, p. 7, 2008.

SIDANER, Emilie; BALABAN, Daniel; BURLANDY, Luciene. The Brazilian school feeding programme: an example of an integrated programme in support of food and nutrition security. **Public Health Nutrition**, v. 16, n. 6, p. 989-994, 2013.

SILVA, Flaviana Cavalcanti da et al. Public policy on the family farming sector in Brazil: Towards a model of sustainable agriculture. **African Journal of Agricultural Research**, v. 13, n. 33, p. 1719-1729, 2018.

SILVA, Sérgio Souza da; ANTONIAZZI, Elisiane Aparecida; NOVAK, Maricléia Aparecida Leite. O Pronaf como instrumento de fixação do agricultor familiar no campo, evitando o êxodo rural. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 5, n. 2, p. 66-93, 2019.

SILVA, Vilmar da. **O papel do programa de aquisição de alimentos–PAA-para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada–COOPAFI-de Capanema, PR**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2013.

SINHORINI, José Marcos. **A COAGRO e seu processo de territorialização no Sudoeste do Paraná**. Dissertação (mestrado). Geografia. UNESP, Presidente Prudente, 2007.

TORRENS, Antonio Carlos. Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar. **Revista de informação legislativa**, v. 50, n. 197, p. 189-204, 2013.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana

Paludo. Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no Sudoeste do Estado do Paraná. **Revista Nera**, n. 31, p. 91-110, 2016.

VRIESMAN, Alice Karine et al. Assistência técnica e extensão rural para a certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, v. 8, n. 1, p. 138-149, 2012.

ZAREMBSKI, Mônica Taís. **A importância dos mercados institucionais no município de São Domingos SC: no âmbito dos jovens agricultores.** Trabalho de conclusão de curso (graduação em Agronomia) - Federal da Fronteira Sul - UFFS. Chapecó. 2015.